

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula e Yamandú se reuniram para tratar de Mercosul

Lula recebe presidente eleito do Uruguai no Planalto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente eleito do Uruguai, Yamandú Orsi, se reuniram para tratar das relações bilaterais e sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE), que pode ser assinado em breve. O encontro aconteceu na sexta-feira (29), no Palácio do Planalto.

Segundo Orsi, a situação das negociações com os europeus será analisada

na 65ª Cúpula do Mercosul, marcada para esta quinta (5) e sexta-feira (6), em Montevidéu, capital do Uruguai.

“Somos otimistas, como Mercosul e como região, somos otimistas com a possibilidade de seguir estreitando laços com outras regiões, fundamentalmente com a Europa”, disse o uruguaio em declaração à imprensa na saída da reunião.

Retorno

De acordo com nota da Presidência, Lula se declarou feliz pelo processo democrático uruguaio e com a eleição de Orsi. O candidato da coligação de esquerda Frente Ampla venceu o segundo turno das eleições presidenciais. A vitória marca a volta da esquerda no país.

Parceria

Orsi reforçou a importância da relação entre Uruguai e Brasil e trouxe uma mensagem do atual presidente do país, Lacalle Pou, pela parceria entre os dois países, independentemente do governo: “Para nós é importante sabermos que temos o Brasil sempre disposto a colaborar com a gente”.



Tenente-coronel Rodrigo Azevedo foi um preso pela PF

Defesa de militar preso diz que ele foi vítima de armação

O advogado do tenente-coronel Rodrigo Bezerra Azevedo, Jeffrey Chiquini, disse que o militar, que faz parte dos chamados ‘kids pretos’ – também conhecidos como forças especiais – foi “vítima de uma armação” no caso que apura tentativa de golpe de Estado. As declarações foram feitas em entrevista coletiva na sexta-feira (29),

após depoimento do militar à PF. A investigação da PF ainda consta o planejamento do assassinato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice Geraldo Alckmin e do ministro do STF Alexandre de Moraes.

“Plantaram provas a alvos específicos para essa imputação a pessoas específicas”, disse o advogado.

Negação

Segundo o advogado, o tenente-coronel Azevedo desconhece qualquer tentativa de golpe e recebeu um telefone celular como “cavalo de Troia”. “Não é qualquer militar, é o que foi pinçado a dedo para que a ele seja imputada uma participação inexistente das forças especiais”, disse.

Resposta

Chiquini nega que o tenente-coronel Azevedo seja o codinome “Brasil” e diz ter provas de que no dia 15, aniversário de Azevedo, ele estava em casa, com a família, em Goiânia. Segundo o advogado, o aparelho só foi parar nas mãos do militar no dia 24 de dezembro.

Codinome

De acordo com o relatório da PF, Rodrigo Bezerra Azevedo era a pessoa identificada pelo codinome “Brasil”. Segundo o documento, em 15/12/2022, ele foi o usuário de um aparelho de celular utilizado, em Brasília, para a troca de mensagens que faziam parte do plano de matar as autoridades.

Armação

O advogado levanta a hipótese de alguma pessoa (outro militar ou um funcionário) ter sido corrompida para fazer esse aparelho de celular ficar à disposição de Azevedo. “Está muito claro que se trata de uma armação contra o [tenente] coronel Azevedo e contra as forças especiais”, afirmou.

Bolsonaro quer Moraes fora da relatoria do inquérito

STF marca julgamento da ação do ex-presidente para quinta-feira

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou para quinta-feira (6) o início do julgamento do recurso apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O objetivo do recurso é afastar o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado de 2022, com a intenção de reverter o resultado das eleições presidenciais.

A ação será analisada no formato de plenário virtual, entre os dias 6 e 13 de dezembro, permitindo que os ministros do STF votem individualmente no sistema eletrônico da Corte, sem a necessidade de uma reunião presencial.

O recurso questiona a imparcialidade de Moraes, argumentando que o ministro teria se tornado parte interessada no caso após ter acolhido medidas cautelares no início da investigação. Segundo a defesa de Bolsonaro, esse fato configura uma situação de “impedimento”, conforme o artigo 252 do Código de Processo Penal (CPP), que impede um juiz de julgar um caso no qual ele próprio seja parte ou tenha interesse direto.

A petição apresentada pelo ex-presidente sugere que o reconhecimento do impedimento de Moraes, aliado à nulidade de todos os atos processuais até então praticados por ele, deveria resultar na remessa imediata do caso a outro juiz, sem a participação de Moraes. A argumentação central é de que o ministro, ao adotar medidas em favor da investigação, teria se posicionado como vítima dos episódios relacionados ao golpe, o que, segundo os



STF marca julgamento da ação do ex-presidente para quinta-feira (6)

advogados do ex-presidente, impediria sua atuação imparcial no processo.

Esse pedido, no entanto, já havia sido negado pelo presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, em decisão monocrática em fevereiro deste ano. Barroso argumentou que não havia evidências de que as ações do ministro Moraes configurassem impedimentos legais para o exercício da jurisdição. “Não foi demonstrada nenhuma das causas previstas em lei que justificassem o afastamento do ministro”, afirmou Barroso.

No dia 11 de março, a Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o entendimento de Barroso e argumentou que as condutas investigadas pela ação “têm como sujeito passivo a coletividade, não uma vítima individualizada”.

Para o advogado Rodolfo

Tamanaha, professor de direito público da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasileira (FPMB), a expectativa é que a maioria dos ministros siga o entendimento de Barroso e ratifique a permanência de Moraes na relatoria do inquérito.

“Até o momento, não vejo evidências de que os outros ministros seguirão um caminho diferente do ministro Barroso. Na verdade, percebo até um certo corporativismo, com o ministro Alexandre sendo o principal porta-voz dessa questão”, iniciou o professor. “Talvez os ministros André Mendonça e Kassio Nunes Marques possam divergir, mas não vejo nenhuma evidência de que os demais votarão de forma diferente. Afinal, os ministros que estavam no Supremo quando o inquérito começou validaram essa decisão no plenário”, completou.

Imparcialidade?

O advogado Antonio Minhoto, doutor em direito público e constitucional, defende que a postura de Moraes, ao se colocar como uma potencial vítima dos episódios investigados, impede que ele julgue o caso com imparcialidade. “Nem como julgador, nem presidindo eventuais inquéritos no STF com atuação investigativa. Este caso deveria ser encaminhado para a relatoria de outro ministro, e Moraes deveria, inclusive, declinar dessa relatoria voluntariamente”, afirmou Minhoto.

Tamanaha também reforçou o entendimento de que o caso deveria ser redistribuído, sugerindo que o ministro participasse apenas do julgamento, mas não da condução do inquérito. “Tenho, de fato, grande preocupação com o risco de imparcialidade no Supremo”, disse o advogado.

Governo busca aprovar plano de corte de gastos neste ano

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O Governo Federal busca aprovar até o final de 2024 o pacote de medidas fiscais que visa reduzir R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030 das despesas obrigatórias. As medidas foram enviadas ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Projeto de Lei Complementar (PLC), que precisam ser votadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado antes do recesso parlamentar, previsto para começar em 22 de dezembro.

Na última sexta-feira (29), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou a necessidade de enfrentar a impopularidade nas decisões fiscais para garantir a estabilidade das contas públicas. Ele também cogitou a ampliação do pacote apresentado pelo governo, mencionando que, dependendo das circunstâncias, outras medidas poderiam ser incorporadas.

“Em se tratando de política fiscal, é preciso afastar o medo da impopularidade que constantemente ronda a política. Nesse sentido, é importante que o Congresso apoie as medidas de controle, governança, conformidade e corte de gastos, ainda que



Câmara e Senado precisam votar antes do recesso

não sejam muito simpáticas. Inclusive outras podem ser pensadas, pois esse pacote deve ser visto como o início de uma jornada de responsabilidade fiscal”, afirmou Pacheco, em nota.

Nas redes sociais, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), também reafirmou o compromisso da Casa em contribuir com a aprovação das medidas. “Reafirmo o compromisso inabalável da Câmara dos Deputados com o arcabouço fiscal. Toda medida de corte de gastos que se faça necessária para o ajuste das contas públicas contará com todo esforço, celeridade e boa vontade da Casa, que está disposta a contribuir e aprimorar”, disse.

Porém, ambos concordaram que a proposta de isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento compensatório da carga tributária para quem possui uma renda mensal superior a R\$ 50 mil é um tema para ser discutido no ano que vem.

Cortina de fumaça

Enquanto o governo busca apoio para a aprovação do pacote fiscal, a oposição criticou a proposta. O senador Marcos Rogério (PL-RO) qualificou o pacote como “cortina de fumaça”. “O governo tenta oferecer uma medida que vai na direção de corte de gastos, mas representa um rombo nas contas públicas superior a R\$ 90

bilhões. Por que o mercado age de forma desconfiada, desconfortável e negativa? Porque o governo tira com uma mão e dá com a outra. É um governo que não tem compromisso com a agenda fiscal e com a pauta do controle de gastos”, afirmou Marcos Rogério.

Pacote de gastos

Após três semanas de expectativa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o pacote de corte de gastos na noite de quarta-feira (27), em pronunciamento em rede nacional. Na quinta-feira (28), o ministro participou de uma coletiva de imprensa com a equipe econômica para detalhar as mudanças e, em seguida, de uma reunião com os líderes partidários na Presidência do Senado, onde disse ter sentido “um clima muito receptivo” ao pacote.

“Senti uma grande boa vontade daqueles que se manifestaram nesta reunião. A reação foi bastante favorável, um espírito de abertura muito grande para o diálogo. Saímos daqui com a esperança de que vamos construir um bom arranjo até o final do ano para termos um Orçamento de execução mais tranquila no ano que vem”, afirmou Haddad.